



RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Condições de Trabalho e Vida do Professorado de Educação Física na Rede Estadual de Ensino em Pelotas-RS

Grupo de Pesquisa
Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física

Pelotas, março de 2018



SUMÁRIO

1. Apresentação.....	04
2. Introdução.....	06
3. Metodologia.....	09
4. Análise de Resultados.....	12
4.1 Trabalho e Formação.....	12
4.2 Condições de Trabalho Docente.....	18
4.3 Saúde e Qualidade de Vida.....	29
4.4 Organização do Trabalho Pedagógico.....	33
4.5 Engajamento Político.....	37
5. Considerações Finais.....	41
6. Referências.....	43

1. APRESENTAÇÃO

Tendo como referência a análise crítica da realidade e das relações entre trabalho e capital, particularmente na área da Educação, esta pesquisa advém do acúmulo teórico do grupo de estudos “Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física”, constituído por estudantes e docentes vinculados à graduação em Educação Física (EF) e à linha de pesquisa “Formação Profissional e Prática Pedagógica” do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (ESEF/UFPel).

Investigamos o trabalho docente da EF na Rede Pública Estadual de ensino do Rio Grande do Sul (RS), na cidade de Pelotas. O objetivo da pesquisa foi compreender a realidade da vida e do trabalho do professorado na rede estadual a partir da perspectiva dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, especificamente da EF que atuam nesta rede. A particularidade do Ensino Médio (EM), como recorte da pesquisa, é decorrente de dois fatores principais:

- a) de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a oferta do EM é prerrogativa obrigatória dos entes federativos estaduais, portanto, no RS é responsabilidade do governo estadual a oferta desta etapa da Educação Básica. Inclusive, nos últimos anos, os governos tem diminuído cada vez mais a oferta de vagas na rede estadual para o Ensino Fundamental, delegando esta responsabilidade para os municípios. Portanto, o maior número de docentes na rede estadual encontra-se atuando no EM e o maior número de escolas estaduais oferecem vagas somente nesta etapa, portanto a abrangência em relação ao número de docentes e escolas é mais significativo para a investigação;
- b) o aprofundamento da crise do capital e seus rebatimentos no Brasil, nos últimos anos, tem sido acompanhado de mudanças importantes nas políticas educacionais com caráter de formação de mão de obra adequada à realidade do mercado de trabalho em crise. Estas mudanças tem sido mais focadas no EM através da perspectiva da formação técnica e profissional, e diversas

medidas têm sido adotadas, tanto pelos governos estaduais como federal, para modificar a estrutura curricular e concepção do EM nas escolas.

Através da elaboração de um questionário denominado “Enquete Docente”, respondido por 26 docentes que atuam em 18 escolas estaduais de EM da cidade de Pelotas-RS (de um total de 23), conseguimos obter informações que nos levam a compreender com maior profundidade a realidade do professorado frente à este período de crise política, econômica e social. Os resultados à que chegamos estão expressos nos capítulos subsequentes e estes apontam questões que devem ser enfrentadas pelo poder público e a sociedade em geral caso se tenha preocupações em melhorar a qualidade do ensino e da formação das próximas gerações.

Esta investigação foi realizada pela equipe de estudantes de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) vinculados ao grupo de estudos e que dedicaram-se ao longo dos anos de 2016 e 2017 à desenvolverem esta pesquisa e contribuir para os resultados a que chegamos. Todo o projeto foi executado sem nenhum apoio financeiro de qualquer natureza e todas as atividades, à exceção do trabalho de campo, foram desenvolvidas na ESEF/UFPel. Portanto, garantindo o caráter público da pesquisa e a produção de conhecimento comprometida e com relevância social.

Equipe executora

Coordenador do projeto:

Prof. Dr Giovanni Frizzo (UFPel)

Pesquisadores e pesquisadoras:

Prof. Ms Ivan Bremm de Oliveira

Prof. Ms Francisco de Oliveira

Prof^a Alessa Oliveira Jorge de Castro

Prof^a Angélica Vilela Lessa

Prof. Igor Lacerda

Prof^a. Martina Burch

Prof. Leonardo Lemos Silveira

2. INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho das últimas décadas, especialmente originadas pela maior interação entre meios tecnológicos e a esfera de produção, tem sido acompanhadas também de mudanças de paradigmas na formação escolar. Exemplo destas modificações é a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em curso que pretende estabelecer parâmetros de formação articulada nacionalmente e também a recente aprovação da Reforma do Ensino Médio que aprofunda a concepção mercadológica para a formação escolar. Tais processos de mudanças no currículo do EM tem tido ressonância na rede estadual de ensino do RS. Ainda no ano de 2011, o Governo do Estado divulgou um documento-base que intitulou “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014”, tratou-se de uma proposta de reestruturação curricular do EM para “desenvolver um projeto educacional que atenda às necessidades do mundo do trabalho, mas que tenha na sua centralidade o indivíduo, a partir de uma proposta de formação integral” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p.8).

Este documento tem por objetivo uma mudança estrutural que coloque o Ensino Médio para além da continuidade do Ensino Fundamental: “um Ensino Médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e com qualidade cidadã” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4). A ideia é de um Ensino Médio Politécnico, que tenha como base a dimensão da politécnica, formada na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo. E a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio “se configura como aquisição de princípios que regem a vida social e constroem, na contemporaneidade, os sistemas produtivos” (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4).

Desde a implantação do Ensino Médio Politécnico no RS surgiram diversas dúvidas por parte do professorado e estudantes perante a nova estrutura curricular. A proposta trouxe certa insegurança por apresentar uma

série de dificuldades em sua implementação que se iniciou em 2012. Diante disto, emergiu a importância e a necessidade de pesquisar e compreender as relações entre as mudanças do mundo do trabalho e a organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio Politécnico no RS, tendo como *lócus* de investigação as escolas estaduais do município de Pelotas-RS.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi compreender a realidade do trabalho docente na rede estadual de ensino a partir da perspectiva dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, especificamente do professorado de Educação Física que atuam no Ensino Médio desta rede. A intenção maior da investigação foi, a partir dos resultados, apontar elementos que possam ser utilizados como ferramentas para a compreensão da realidade e também para enfrentar os problemas oriundos dessa realidade.

Para desenvolver tal investigação, definiu-se como central a análise da realidade do trabalho docente e pedagógico nas escolas estaduais partindo dos conceitos da categoria trabalho. A categoria ontológica do trabalho, como atividade humana produtiva da existência, e sua dimensão histórica, manifestada a partir da relação entre capital e trabalho, constitui-se um conjunto de relações que configuram o Mundo do Trabalho, originando um campo investigativo que supera por incorporação as análises centradas exclusivamente nas relações do mercado de trabalho. Isto é, há uma considerável limitação em pensar as relações de trabalho docente somente na esfera do mercado, pois este se configura como um espaço de compra e venda da mercadoria força de trabalho, mercadoria esta que é propriedade do trabalhador nas relações de assalariamento, relação própria do modo de produção capitalista. Portanto, o limite se estabelece a partir da constatação de que o trabalho é produtor da própria existência do ser humano, mediação deste com a natureza e com os demais homens e mulheres, não podendo ser reduzido à uma mercadoria (embora no sistema sócio-metabólico do capital, esta atividade humana é subsumida ao capital e tornada meio de produção de capital).

Ao apontar o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e de sua centralidade no desenvolvimento da sociedade, onde os diferentes modelos de produção até então experimentados pela humanidade estabelecem as bases para a reprodução de sua forma de organização, buscamos entender os

fundamentos da formação humana e como esta se manifesta no atual período histórico. De maneira geral, a educação se consolida na incumbência de atender as demandas apresentadas pela esfera produtiva, formando um determinado tipo de ser humano necessário à lógica do mercado. Especificamente, intentamos compreender como se relaciona trabalho e educação na forma escolar atual e suas manifestações na organização do trabalho docente que impacta na vida do trabalhador e da trabalhadora em educação.

Nosso ponto de partida é o trabalho compreendido como mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimento e de cultura pela humanidade. No entanto, a produção da existência adquire caráter histórico relativo ao modo de produção em que a existência é produzida. O trabalho docente, portanto, é uma prática social que expressa, dentro das suas possibilidades objetivas, as determinações políticas e ideológicas dominantes em uma sociedade ou, por contradição, busca a explicitação da superação destas determinações. Como particularidade da forma trabalho, o trabalho docente estabelece relações distintas de outras possibilidades quando o produto da atividade é consumido no ato de produção, diferente do trabalho de um operário na fábrica, por exemplo. Na forma de assalariamento própria do sistema do capital, também o trabalho docente se distingue do trabalho produtivo que produz diretamente mais-valia, pois a caracterização do professorado vinculado ao serviço público não estabelece centralmente a produção de lucratividade ou mais-valia como elemento basilar de sua atividade.

O trabalho docente, portanto, se define na atividade da instituição escolar mediada entre os sujeitos - estudantes e professorado - e o conhecimento - como produto do trabalho desenvolvido na escola. O professorado ao desenvolver o seu trabalho é parte da classe trabalhadora assalariada cujas consequências da forma capitalista também são sentidas por esta categoria profissional. Consequências não somente na atividade educativa como também nas condições objetivas e subjetivas de vida, impactando na sua formação, na saúde, qualidade de vida etc.

3. METODOLOGIA

Como procedimento metodológico da pesquisa, foi elaborado um questionário intitulado “Enquete Docente” composto por 59 questões de múltipla escolha e questões abertas, divididas em 6 categorias: a) trabalho e formação; b) condições de trabalho docente; c) saúde e qualidade de vida; d) organização do trabalho pedagógico; e) engajamento político; f) questões gerais.

A Enquete Docente foi respondida por docentes das escolas estaduais da cidade de Pelotas-RS que trabalham ou trabalharam no Ensino Médio desde o ano de implementação da nova proposta curricular (2011). Com este recorte, participaram da pesquisa 26 docentes que atuam em 18 escolas estaduais de EM da cidade de Pelotas-RS de um total de 23 escolas existentes no âmbito da 5ª Coordenadoria Regional de Ensino (5ª CRE) do RS¹, sendo 20 localizadas na Zona Urbana e 03 na Zona Rural. Destas escolas, uma não tem EF por se tratar de escola de nível técnico profissionalizante de nível subsequente e as 4 escolas restantes não tivemos retorno do questionário ou foi negada a participação pelo professorado.

Consideramos que os resultados são significativos pelo percentual de 82% de escolas envolvidas, sendo 15 de Zona Urbana e 3 de Zona Rural, portanto com uma abrangência relevante para os objetivos propostos. Em relação ao número de participantes, é difícil identificar o número total de docentes que atuam no EM em virtude da rotatividade elevada existente na rede estadual, tanto no sentido de ingresso e exoneração de professores e professoras quanto do âmbito de atuação dos docentes (alguns docentes trabalham no Ensino Fundamental em determinados momentos e depois no EM em outros). Fizeram parte da investigação o número máximo de docentes que responderam à Enquete Docente, sem eliminação de nenhum questionário. Todos os participantes do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que suas informações pudessem ser utilizadas na compilação das informações.

¹ Segundo dados disponibilizados pela a 5ª CRE do Estado do RS

Todas as informações coletadas passaram por análise estatística e de conteúdo, portanto analisadas através de métodos quantitativos e qualitativos, e constituíram as categorias empíricas que permitiram compreender com profundidade o trabalho docente da EF no EM da rede estadual de ensino.

A caracterização geral de participantes da pesquisa em relação à dados de cunho sócio-demográficos, são:

Tabela 1: Dados sócio-demográficos do professorado

Gênero	n	%
Masculino	9	35%
Feminino	17	65%
Estado civil		
Casado	12	46%
Solteiro	6	23%
outros	8	31%
Filhos		
Sim	18	69%
Não	7	27%
NR*	1	4%
Idade (anos)		
Até 30	3	12%
31 a 40	8	31%
41 a 50	6	23%
51 a 60	7	27%
Acima de 60	2	8%
Total	26	100%

*NR= Não Respondeu

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

O professorado de EF da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Pelotas, que atua no EM é composto em sua maioria por mulheres (65%), casadas (46%), com filhos (69%) e com pequena prevalência de idade entre 31 a 40 anos

(31%), sendo o mais novo com 27 anos e o de maior idade 64 anos. Destaca-se ainda o baixo percentual de docentes com idade até 30 anos (12%), período em que se tem maior prevalência do término do curso de formação inicial de professores de EF. Possivelmente, o baixo número de docentes com esta faixa etária na rede estadual se deva pelos vários anos em que não houve concurso público para a Rede Estadual de Ensino, portanto, os docentes que compõem a categoria já ingressaram a mais tempo e já tem idade acima de 30 anos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 TRABALHO E FORMAÇÃO

A tabela abaixo indica a caracterização do professorado no tocante à formação inicial e continuada.

Tabela 2: Formação do professorado

IES Formação Inicial	n	%
Pública	23	88%
Privada	3	12%
Tempo de Formado (anos)		
Até 10	10	38%
11 a 20	4	15%
21 a 30	6	23%
31 a 40	5	19%
NR*	1	4%
Titulação**		
Graduação	5	19%
Especialização	12	46%
Mestrado	9	35%
Formação Continuada		
Ótima	6	23%
Boa	11	42%
Regular	4	15%
Péssima	2	8%
NR	3	12%
Total	26	100%

*NR= Não Respondeu

**No período da pesquisa 02 professoras estavam cursando especialização, 01 professora estava cursando mestrado e 02 professores cursando Doutorado.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

A ampla maioria (88%) fez a graduação de Licenciatura em Educação Física em Universidades Públicas. A maior parte com tempo de formados de 10 anos (38%), sendo o formado a menos tempo há 5 anos e com maior tempo, 38 anos. Mais da metade do professorado (54%) participou de grupo de pesquisa ou extensão durante a graduação. Em relação à titulação, 81% possui pós-graduação em nível de Especialização (46%) ou em nível de mestrado (35%).

Questionados se consideravam que sua formação inicial fora suficiente para desenvolver seu trabalho pedagógico com qualidade na escola, metade do professorado considerou que foi suficiente para desenvolver seu trabalho pedagógico de qualidade na escola:

“Porque me deu o suporte inicial e conhecimentos básicos para atuar e agir nas escolas que trabalhei” (P2).

“Pelos ótimos professores no curso de Educação Física, pela prática em projetos de extensão e estágios” (P6).

Outra metade considera que não foi suficiente ou só em parte, pois:

“Muito superficial, faltou a realidade escolar” (P23).

“Porque a graduação não propiciou conhecimento em algumas áreas da educação física, visto que é um curso mais teórico. Também não propiciou conhecimento de como lidar com os principais problemas que enfrento na escola pública como falta de materiais” (P22).

“Porque a [xxx] ministrava aulas sem o menor conhecimento da realidade da escola pública” (P14).

“Deu a base, mas não foi o suficiente. Infelizmente a realidade escolar é muito diferente do contexto em que o contexto em que o aluno de EF que as aulas deveriam ser planejadas (P21).

Sobre as atividades de Formação Continuada ofertadas pela Rede Estadual, mostraram satisfeitos 65% dos docentes. E, apesar de haver incentivo da equipe diretiva para atividades de formação continuada, quando ofertadas, o professorado informou os seguintes fatores limitantes para participação: a carga

horária elevada e a falta de tempo, os salários baixos, e a não oferta de cursos de Formação Continuada, conforme indicado abaixo por alguns fragmentos:

“Não me foi proporcionada estas atividades, e os professores da rede estadual em geral estão com suas cargas horárias lotadas em sala de aula” (P1).

“O horário de trabalho coincide com o horário de formação, pois trabalho em outra rede de ensino” (P2).

“Não há oferecimento de formações, em algumas, por fora, por falta de recursos, e falta de interesse no tema” (P23).

“Não há oferta de formação continuada no estado. Participei apenas de uma que foi ofertada pela rede municipal que foi aberta 10 vagas ao estado. Portanto, a maior limitação é a não oferta” (P25).

Na tabela 3, estão outros elementos acerca do trabalho docente.

Tabela 3: Caracterização trabalho

Vínculo Rede Estadual	n	%
Concurso	22	85%
Contrato	3	11%
Concurso e contrato	1	4%
Tempo atuação Rede Estadual (anos)		
Até 10	12	46%
11 à 20	6	23%
21 à 30	7	27%
Acima 30	1	4%
Tempo Geral Docência (anos)		
Até 10	11	42%
11 à 20	5	19%
21 à 30	4	15%
Acima 30	6	23%
Níveis que atua		
Somente Ensino Médio	6	23%
Ensino Médio e outros	20	77%
Disciplinas que atua		
Somente EF	24	92%
Outras (Ensino Religioso)	2	8%
Total	26	100%

Fonte: elaborado pelos autores, 2017

Ao analisarmos a tabela 3 constatamos que o concurso público é a principal vinculação do professorado com a rede estadual (85%), a maior parte da categoria está a menos de 10 anos na rede (46%), sendo o mais recente de 7 meses até o docente com 34 anos de magistério. O tempo geral de docência também ficou em 10 anos (42%) porém notamos o aumento da proporção de docentes com mais de 30 anos de docência, que passou de 4% somente na rede estadual para 23% de experiência docente em outros espaços. Isto deve-se possivelmente a alguns professores já encontrarem-se aposentados em outras redes de ensino, além de já estarem atuando antes da realização de concurso público na rede estadual.

Os dados da tabela 3 nos mostram ainda que apenas 23% do professorado atua exclusivamente no EM, os demais atuam em outros níveis como Anos Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos na rede estadual e Anos iniciais, Educação Especial e Educação Infantil em outras redes.

Em relação a outras disciplinas que poderiam estar ou terem ministrado, apenas 2 docentes (8%) responderam que ministram ou ministraram aulas de Ensino Religioso além de EF.

A configuração da jornada de trabalho do professorado é apresentada no quadro abaixo.

Quadro1: Regime de trabalho professorado EF da Rede Estadual e outros

Regime de Trabalho	Até 20h*	21h à 40h**	Acima de 40h
Regime de Trabalho Rede Estadual	13 (50%)	11 (42%)	2 (8%)
Regime Rede Estadual e outras	9 (36%)	12 (48%)	4 (16%)
Regime de trabalho total***	8 (31%)	10 (38%)	8 (31%)

*Dos professores que atualmente trabalham 20h, 03 possuem outras 20h de aposentadoria e; 01 possui 40h de aposentadoria

** Dos professores que atualmente trabalham 40h, um professor possui 20h de aposentadoria;

***foram citadas outras atividades: 10h com vendas, 30h em academia, 20h em comércio e 5h como Personal Trainer

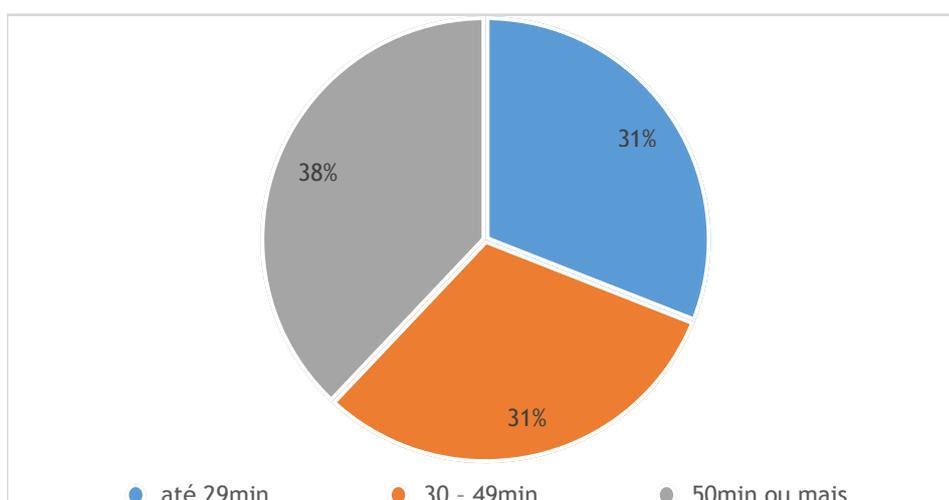
Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

De acordo com os dados do quadro 1, metade do professorado trabalha até 20h na Rede Estadual, e buscam em outras redes de ensino complementação para seus turnos e salários; 48% dos docentes possuem jornada entre 21h a 40h se contabilizarmos a carga horária de outras redes de ensino concomitantes. Ao somarmos ainda a carga horária de outras fontes de renda ou vínculos empregatícios, temos um aumento considerável de professores que trabalham acima de 40h, passando de 8% somente na rede estadual para 31% totalizando todas as fontes de renda, inclusive com um docente chegando a 62h de jornada de trabalho semanal. Ou seja, 69% da categoria docente tem jornada de trabalho de 40h ou mais.

A carga horária de trabalho na docência, em geral, resume-se ao tempo de aulas, reuniões, preparação de aulas, correção de trabalhos, avaliações etc, porém, outra parte importante do tempo destinado para o trabalho docente está o tempo de deslocamento da residência até a escola ou às escolas em vista que diversos docentes trabalham em mais de uma escola.

Assim, os docentes foram convidados a responder sobre o tempo diário utilizado para deslocamento até o trabalho, tanto de ida como de volta ao final da jornada. Foi apontado que 31% leva até 29min para deslocamento; outros 31% levam de 30min a 49min; 38% levam 50min ou mais para realizar este deslocamento.

Gráfico 1: tempo de deslocamento para o trabalho



Neste tempo de deslocamento, os docentes indicaram a utilização de mais de um meio de transporte até a escola ou escolas em que trabalham. Alguns docentes apontaram mais de um meio de transporte, portanto apontamos a utilização de cada meio por parte do professorado: a utilização de carro ou moto foi apontada por 69% dos docentes; ônibus foi indicado por 27%; bicicleta indicada em 8%; táxi 4%; e 12% se deslocam à pé para o trabalho.

A carga horária prevista para planejamento, avaliação, reuniões pedagógicas e outras atividades, é considerada pouca ou insuficiente pela maioria dos docentes (62%), o que atrapalha a organização de seu trabalho e a qualidade das aulas de EF, pois não conseguem prepará-las adequadamente, conforme relatam abaixo:

“Acontece que em 60h/a fica muito prejudicado esse planejamento, pois é muita correria” (P20).

“Planejamento no lar (ou seja, por minha conta) sem carga horária” (P5).

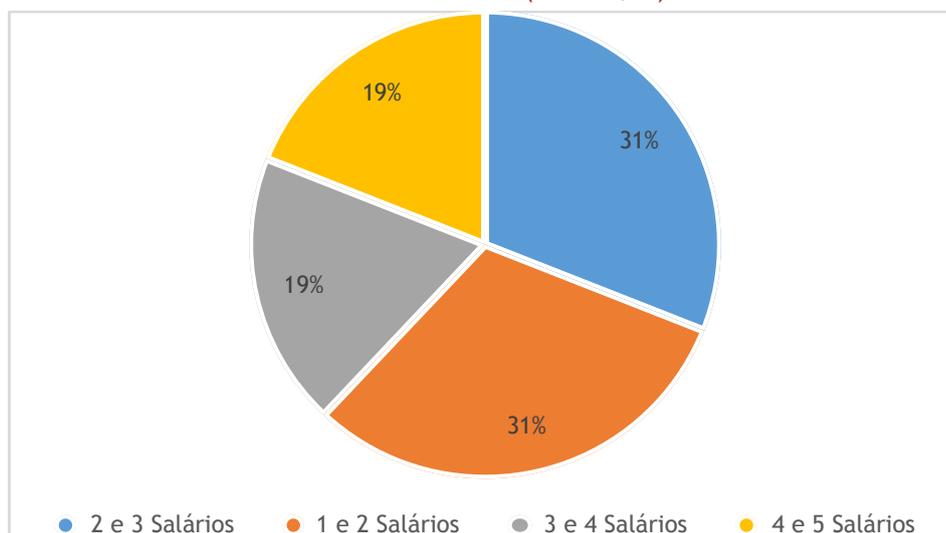
“Uma hora, uma vez por semana. Não considero suficiente” (P4).

Em relação ao trabalho da EF ser ou não organizado em conjunto com demais docentes da área ou outras disciplinas, obtivemos 14 respostas (54%) dela ser organizada com outros pares, seja com a área da linguagem (8), ou outros professores de EF (5) ou somente com a direção e a coordenação pedagógica (1). Como a disciplina de EF pertence à área de Linguagens e suas tecnologias, sua organização se dá com as demais disciplinas desta área, e em escolas com mais de um docente de EF busca-se o diálogo entre os mesmos para assuntos mais específicos (espaço físico e material), porém quase metade (46%) informou que a EF não é organizada em conjunto com outras disciplinas.

4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE

Em relação à remuneração do professorado na rede estadual de ensino, ao serem perguntados sobre a faixa salarial em que encontram-se foram elencadas opções levando em consideração o salário mínimo nacional de R\$ 788,00 (valor oficial nacional de 2015, ano referência para o início da coleta de informações). Nas respostas, 31% apontou um salário que está entre 2 e 3 salários mínimos, outros 31% dos professores se encontram na faixa de 1 e 2 salários mínimos, 19% recebem entre 3 e 4 salários e 19% responderam receber entre 4 e 5 salários mínimos.

Gráfico 2: remuneração média tomando como referência o salário mínimo nacional de 2015 (R\$ 788,00)



A partir das respostas, foi possível observar que a grande maioria dos docentes se encontra nas faixas salariais de até 3 salários mínimos perfazendo um total de 62% da categoria, o restante - 38% - está dividido entre as faixas salariais de 3 a 5 salários mínimos. Levando em consideração a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11738/2008), que anualmente reajusta o valor do piso salarial e aponta para 2018 o valor de R\$ 2455,52, identifica-se que 62% da categoria docente tem remuneração abaixo do piso nacional. A parte da categoria que percebe remuneração acima do piso nacional são docentes que

estão no magistério estadual a mais tempo e, portanto, ascenderam na carreira mais vezes recebendo, assim, valores nominais acima do piso.

Importante destacar que a Lei nacional do piso salarial do magistério não é opcional para gestores públicos, todas as esferas da administração pública que ofertam níveis e modalidades da Educação Básica deve cumprir com a lei nacional. No caso do RS, desde que a Lei foi aprovada nenhum dos governos (Yeda Crusius - PSDB; Tarso Genro - PT; José Ivo Sartori - PMDB) cumpriu com a legislação e, através do seu sindicato, a categoria docente tem realizado diversas mobilizações para que os governos cumpram com a Lei.

Nas respostas à pergunta sobre o piso nacional do magistério não ser cumprido no Estado do RS, os docentes demonstraram-se bastante insatisfeitos em todas as respostas. Palavras como “péssimo”, “ridículo”, “desrespeito” e “descaso” foram citadas, demonstrando a indignação do professorado. O fragmento da resposta abaixo é expressão do que pensam os docentes:

“Desrespeito e descaso com um direito que determina o que é justo que se pague a um professor por 40 horas de trabalho, governos desastrosos e mal sucedidos que não priorizam a educação como forma de desenvolvimento, que não priorizam nada, nem educação, nem saúde e nem segurança. O governo não cumpre nem determinações judiciais; a única avaliação que faço é desesperança, indignação e tristeza” (P17).

Nas palavras deste docente, observamos a desvalorização, não somente do magistério mas também sobre outras formas de trabalho no serviço público como saúde e segurança. O docente além de enfrentar a desvalorização de seu trabalho e a carga horária de trabalho não remunerada, enfrenta também a falta de segurança e saúde pública de qualidade, que irá interferir em seu trabalho. Outro professor, questiona:

“Não entendo porque as leis só funcionam para alguns; por que o Governo não cumpre a lei e nada acontece?” (P3).

Desde o início da gestão do Governador José Ivo Sartori (PMDB), o magistério estadual está convivendo com o parcelamento de salários e não pagamento de seus direitos como 13º, férias etc. Dos 26 professores, 56% afirmaram que o parcelamento dos salários torna o trabalho desmotivante, outros cinco professores (19%) apontam que tal ação desqualifica o trabalho docente, bem como um grande desrespeito com o servidor, como lembrado por outros dois professores (8%).

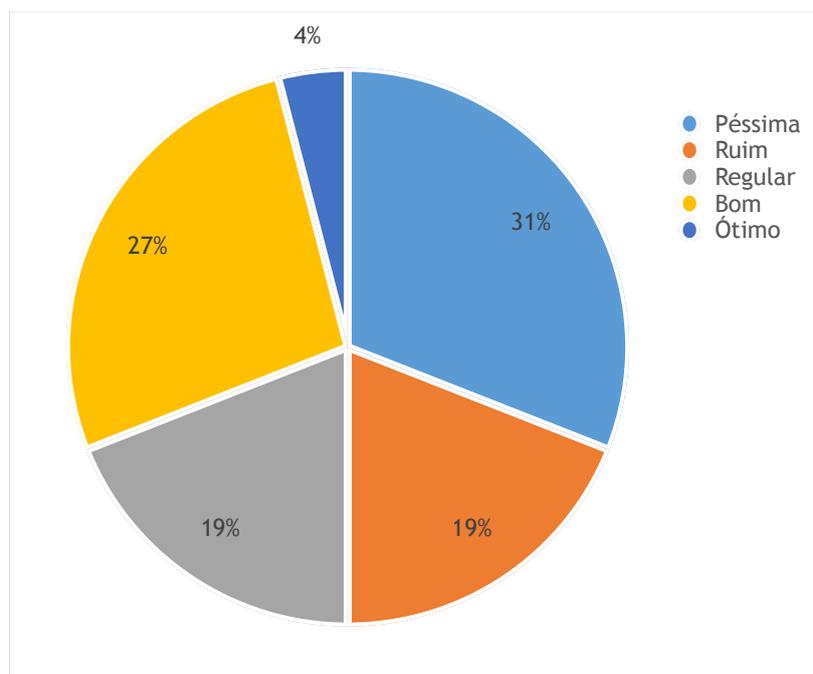
Além do impacto direto no trabalho docente, quatro professores (15%) apontaram que tal atitude também prejudica o lado material, visto que dificulta o acesso à verbas que seriam destinadas para este fim.

Apenas dois professores (8%) relataram que os parcelamentos pouco ou nada afetaram em seus trabalhos, visto que, por estarem em início de carreira, o parcelamento não havia chegado até seus salários ou, quando chegou, foi uma vez ou duas.

Essas questões nos apontam problemas graves, pois o professorado desmotivado também acaba por desmotivar os estudantes. Além de prejudicar diretamente o sistema educacional, ocasiona diversos efeitos em outros pontos da economia, visto que esses trabalhadores perdem sua estabilidade financeira. Fora que trabalham sem esperança de uma melhora no sistema público de ensino, visualizando cada vez mais a precarização do mesmo.

Na avaliação do Plano de Carreira do magistério estadual no RS, a Enquete Docente questionou, através das alternativas: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” ou “péssimo”, o que pensam os docentes. Dos 26 docentes que responderam à Enquete, 31% considera uma condição péssima do plano de carreira; 27% consideram bom; 19% consideram ruim, 19% identificam como regular e 4% considera ótimo. A partir do gráfico abaixo, podemos observar que a metade da categoria docente (50%) avalia como péssimo/ruim o plano de carreira e 31% avalia como bom/ótimo.

Gráfico 3: avaliação do Plano de Carreira docente



Em relação às condições gerais de trabalho docente, ao serem perguntados sobre qual a média de estudantes nas turmas em que ministram suas aulas, obtivemos uma resposta média de 30 à 35 estudantes por turma, 58% das respostas.

De acordo com a legislação vigente, não há definição ou parâmetro relativo à número máximo de estudantes em cada etapa da Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), estabelece no artigo 25 que: “será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento” (BRASIL, 1996), também ficando a critério do respectivo sistema de ensino, observar as condições/características regionais e locais para desenvolver formas de atender este artigo. No RS, o Conselho Estadual de Educação (CEED-RS) emitiu o Parecer 1.400/2002, em que recomenda até 25 estudantes no 1º ano do Ensino Fundamental; do 2º ao 4º ano até 30 estudantes e do 5º ao 8º ano até 35 estudantes.

Independente destas orientações do CEED-RS, observou-se um descontentamento sobre este número de estudantes, 58% dos docentes responderam que o número de estudantes em suas turmas não é adequado para a garantia de qualidade da educação, ou seja, a grande quantidade de

estudantes influencia negativamente no aprendizado, o que remete a um ponto de precarização do trabalho docente em vista que a quantidade de estudantes dificulta a organização do trabalho pedagógico. Podemos observar tal aspecto no fragmento da seguinte resposta:

“Em virtude de não termos material suficiente para trabalharmos com esta quantidade de alunos, o método de ensino acaba sendo o global, dificultando a qualidade do aprendizado” (P13).

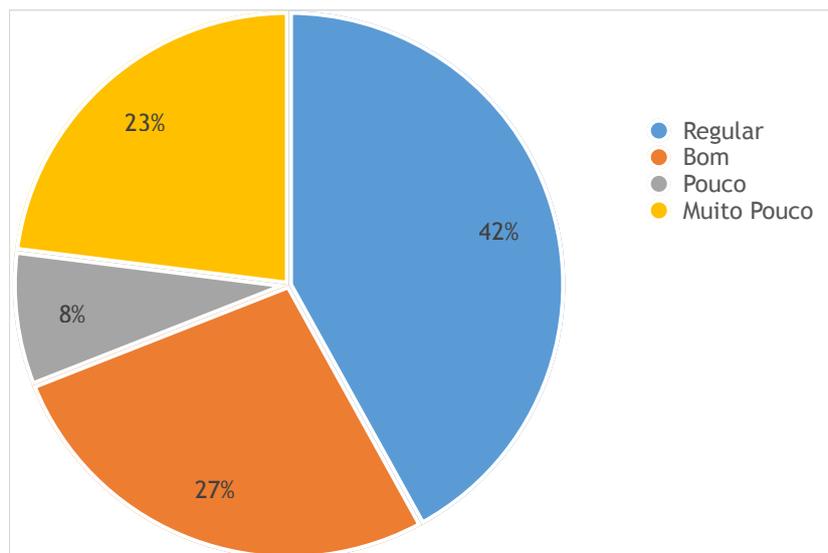
Para 34% do professorado, a quantidade de estudantes em suas turmas é adequada para uma boa qualidade de aprendizagem e 8% dos docentes não souberam opinar. Um destes docentes que não soube opinar respondeu:

“Nem sei! Já nos acostumamos com isso” (P1).

O que nos apresenta uma possível descrença com possíveis melhorias das condições de trabalho e que pode ter naturalizado esta condicionante que não a percebe como uma forma de precarização que dificulta seu trabalho e o aprendizado dos estudantes.

Sobre a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras em cada escola (docentes e funcionários), enquanto 42% considera regular, 31% considera pouco ou muito pouco e 27% considera bom (nenhum docente considerou “ótimo” o número de trabalhadores na escola). Portanto, é possível afirmar que aproximadamente 1/3 da categoria avalia positivamente o número de trabalhadores e ou 1/3 avalia negativamente, possivelmente em razão de desiguais disponibilidades de trabalhadores para cada escola o que torna a percepção do professorado também diferenciada.

Gráfico 4: quantidade de docentes e funcionários disponíveis na



Em relação à infraestrutura, os docentes foram questionados se a escola em que trabalham possuía ou não determinadas infraestruturas próprias para o trabalho pedagógico e, posteriormente, responderam acerca da qualidade ou condições de tais espaços. Portanto, o quadro abaixo demonstra as respostas em relação à infraestrutura, se possui e se é adequada

Quadro 2: Infraestrutura das escolas

INFRAESTRUTURA	Possui	adequada
salas de aula	100%	66%
biblioteca	88%	61%
laboratórios	58%	40%
sala de informática	77%	40%
cozinha	100%	50%
refeitório	96%	52%
banheiros	96%	40%
sala de professores	96%	60%
vestiários	23%	50%
secretaria	100%	50%
horta	19%	80%
quadra de esportes	92%	37%
ginásio	31%	62%
sala multimídia	58%	53%
estacionamento	69%	28%

Fonte: elaborado pelos autores, 2017

Sala de aula, secretaria e cozinha são estruturas que estão presentes em todas as escolas, ainda que não sejam totalmente adequadas às necessidades pedagógicas e de atendimento de acordo com o professorado. Chama a atenção que menos da metade do professorado respondeu que as escolas em que trabalham possuem ginásio esportivo, vestiário e horta; e pouco mais da metade das escolas possuem laboratórios, sala de informática, sala multimídia e estacionamento. Pelas respostas do professorado também se observa que, embora as escolas possuam determinadas estruturas, as condições em que se encontram não são totalmente adequadas, especialmente os laboratórios, sala de informática, banheiros, quadra de esportes e estacionamento em que menos da metade das respostas consideraram adequadas.

Os espaços que são principalmente utilizados pelos docentes da EF nas escolas foram avaliados de forma negativa tanto no sentido da escola não possuir, como também a qualidade destas estruturas. Apenas 31% dos docentes informaram ter ginásio esportivo em suas escolas e somente 23% responderam que as escolas possuem vestiários. Destacamos que apenas duas escolas têm ginásio esportivo no município de Pelotas. Embora 92% das escolas tenham quadras esportivas, 63% destas não estão em condições adequadas para as atividades desenvolvidas nas aulas de EF.

Na avaliação dos docentes acerca dos espaços e instalações utilizados para as aulas de EF, a maioria dos professores (69%) respondeu que as instalações não são adequadas. Constam em suas respostas reclamações sobre as condições das quadras esportivas, que estão em estado de deterioração, com buracos, sem tabelas para a prática do basquete, pavilhões sem parquet e/ou sem cobertura etc. Algumas respostas dos professores mostram o descaso com a manutenção das escolas, podemos observar em seus relatos diversos problemas de infraestrutura que prejudicam o desenvolvimento das aulas, o docente P1 relata o seguinte: “temos apenas uma quadra de cimento necessitando de algumas reformas. Quando chove alaga e não temos onde dar aula”, seguido do docente P15 que explica, igualmente ao P1 que em dias de

chuva as aulas de EF não podem ser na quadra, pois “em dia de chuva não tem como dar aula na quadra, não possui tabelas de basquete, mal pintada.”

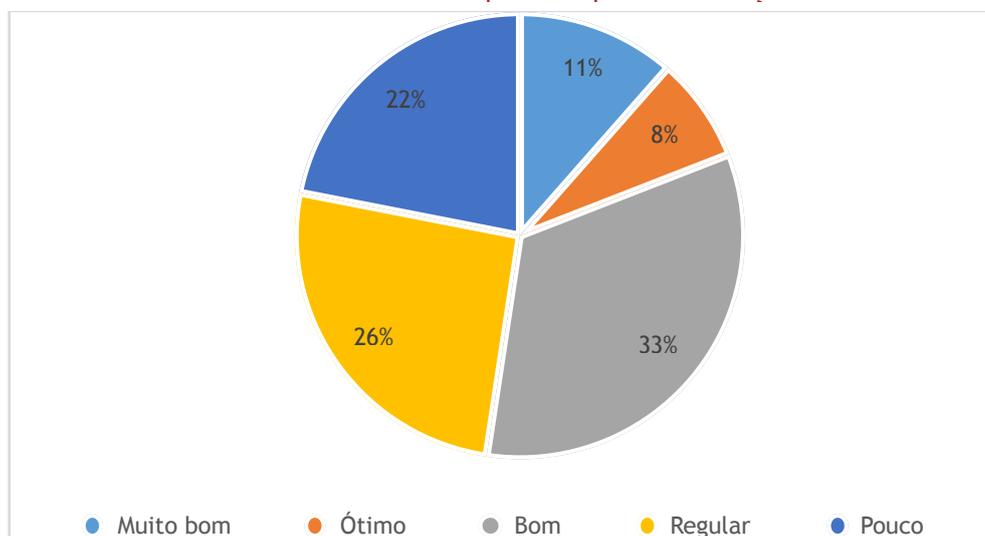
As respostas que avaliam positivamente as condições de infraestrutura foram 19% dos docentes. O P10 afirmou que a escola onde trabalha tem um ginásio de esportes e que esta realidade só é igual em mais uma das escolas da rede estadual, como podemos observar em seu relato: “temos ginásio de esportes e esta é uma realidade que ‘apenas’ nossa escola e outra possuem”. Outro docente explica que já havia trabalhado em escolas que não tinham as condições necessárias para a realização das aulas de EF, porém a escola onde trabalha agora possui, ele relata que: “Se for fazer um comparativo com outras escolas do estado sim, já trabalhei em escolas em que a quadra era chão batido, minha escola tem quadra coberta com tábua corrida, vestiários e banheiros limpos” (P17). Observa-se neste relato que alguns docentes possuem conhecimento das condições das escolas estaduais e que nem todas possuem condições favoráveis para o trabalho pedagógico da EF.

Outros 12% responderam que a infraestrutura, segundo eles, se encontravam boas, razoáveis e mais ou menos. Dos motivos apontados, aparecem falta de cobertura da quadra esportiva ou em condições precárias e estruturas que carecem de manutenção. Mesmo os docentes que não esboçaram opiniões centradas no sim ou no não, podemos visualizar que tinham reclamações sobre a estrutura das escolas onde trabalham, como o relato do professor P3: “temos quadra de esportes, mas todas elas em condições precárias (com buracos, sem tabelas, falta de parquet no pavilhão)”. Desta maneira, este professor é ciente da realidade estrutural que envolve de seu trabalho. O que faz refletir que muitas vezes os docentes de EF têm que se adaptar a espaços que não seriam próprios para uma atividade anteriormente planejada, fazendo com que os docentes improvisem ou adaptem-se à espaços precários para as aulas de EF.

Outro ponto, importante para o desenvolvimentos das aulas de EF são as condições dos materiais, assim, foi questionado aos docentes sobre os materiais disponíveis para as aulas de EF. Nesta questão, 33% afirmou que os materiais disponíveis são bons, seguido de 26% que indicou regular, 22% afirma que é pouca, 11% consideram muito bons e apenas 8% consideram ótimo. Portanto,

praticamente a metade dos docentes avalia positivamente os materiais disponíveis para a EF e a outra metade avalia negativamente.

Gráfico 5: materiais disponíveis para a Educação Física



Sobre equipamentos de segurança do trabalho, como extintores de incêndio, saídas de emergência, atendimento de urgência e outros, a grande maioria dos docentes (81%) afirmou que as escolas praticamente não possuem equipamentos de segurança. Em sua maioria, as escolas possuem extintores de incêndio, em alguns casos estão vazios ou com validade vencida. Uma resposta que chamou atenção foi de um dos docentes (P18), que afirmou que no início de seu ingresso na rede estadual existiam até mesmo consultórios médicos e odontológicos que atendia a comunidade escolar, porém foram fechados ao longo dos anos.

Ao serem questionados acerca da avaliação geral das condições de trabalho docente na rede estadual, o professorado avaliou negativamente em sua grande maioria, perfazendo um total de aproximadamente 70%. As respostas deste grupo apontam indicadores de precarização como os salários defasados e atrasados, falta condições de forma geral das escolas, falta de docentes, monitores, bibliotecários, entre outros funcionários, falta de materiais e espaço (infraestrutura) físico, desestímulo, estudantes descomprometidos e família ausente. O docente P25 relata algumas das reclamações recorrentes dos demais:

“Péssimas. Na escola onde trabalho, não há estrutura, os materiais são escassos, além dos salários estarem parcelados há 22 meses, sem nenhum reajuste, enfim, está muito ruim de trabalhar no magistério estadual”. Este mesmo docente faz uma análise ainda mais aprofundada da questão ao afirmar: “na minha opinião, toda essa precarização que está ocorrendo na rede pública, e não só no estado, é feita de forma proposital. A ideia é precarizar para poder privatizar” (P25).

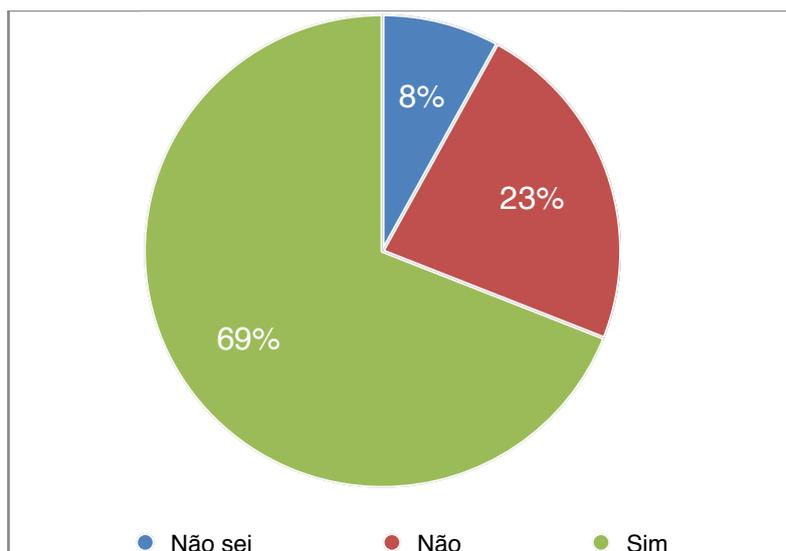
Os docentes que avaliam positivamente são 16%. Um dos docentes (P8), explica que considera dar uma aula boa nas condições em que a escola se encontra, porém aponta ser necessário que estudantes e docentes tivessem condições melhores de estrutura. Uma das docentes (P26) explica que as condições regulares, pelo baixo salário e material destinado a EF, também o trabalho mal desenvolvido pelo professor de EF faz com que a disciplina não seja valorizada. Dos professores que consideram boas as condições de trabalho, apenas um (P17) justificou, este explica que apesar da carga horária e dos salários, acredita que a escola onde trabalha tem um ambiente bom, e afirma que tem autonomia e aplicabilidade em seu trabalho docente.

Ao serem questionados sobre a forma que a precarização do trabalho docente influencia na qualidade do ensino, praticamente a totalidade das respostas apontaram para a influência negativa da precarização na qualidade do trabalho, podendo ser divididos em três aspectos centrais:

- a) condições de infraestrutura: falta de recursos, materiais e equipamentos;
- b) condições de trabalho: jornada exaustiva (60h), pouco tempo para estudo, desvalorização salarial e aumento da desigualdade;
- c) saúde mental: desmotivação, desgaste, sobrecarga, solidão e impotência.

Ainda assim, se pudessem voltar no tempo, a ampla maioria dos docentes optaria novamente pela docência em EF, tal como apontado no gráfico abaixo:

Gráfico 6: opção pela docência



Ao mesmo tempo em que a compreensão geral do professorado identifica que a docência na rede estadual é desvalorizada e precarizada por contas das políticas educacionais implementadas pelos governos, tais questões não são necessariamente motivos que levem a ampla maioria (69%) à repensar a sua profissão no sentido de não optar pela docência.

As razões pelas quais optariam novamente pela docência tem aspectos relativos à questões emocionais de vocação, sentir-se útil ou gostar do que faz; e também questões sociais caracterizadas tanto pela função social da educação com as possibilidades de transformação da realidade como a especificidade da área da EF em relação ao ensino de aspectos da qualidade de vida e motivação através do movimento.

Chama a atenção que 23% dos entrevistados apontem uma realidade dura do magistério estadual que leva ao abandono da docência, inclusive em conflito com os desejos de permanecer, mas inviabilizado pelas condições objetivas da profissão. A seguinte resposta é bastante expressiva neste sentido:

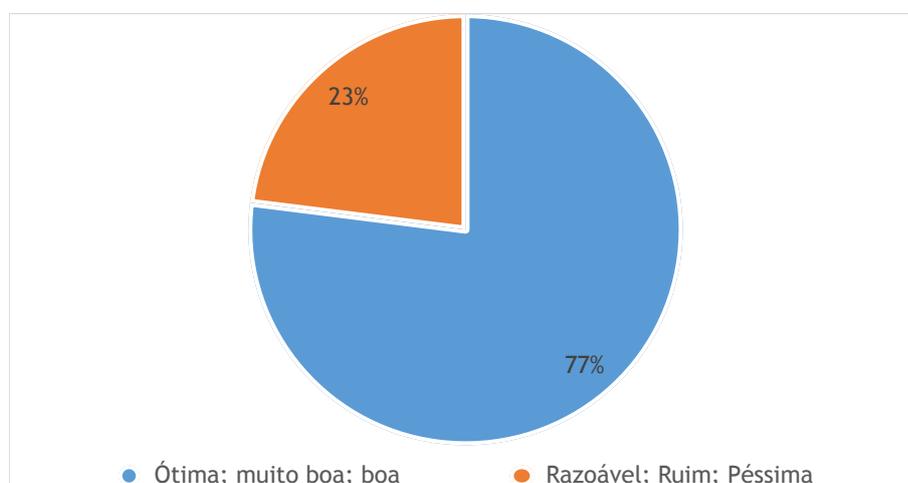
“Eu não estou feliz nessa profissão da maneira como a educação é lidada no Brasil de forma geral. E isso abrange muito mais do que a questão salarial: o trabalho docente em si esta muito desvalorizado no Brasil” (P22).

4.3 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Ao serem perguntados se já tinham vivenciado ou conheciam algum colega que havia sofrido assédio moral, discriminação, exclusão, assédio sexual, agressão verbal ou agressão física, 38% do professorado afirmou que já sofreram ou sabem de algum colega que sofreu assédio moral; discriminação foi indicado por 23%; 23% exclusão; 19% preconceito; 27% agressão física; 15% assédio sexual e agressão verbal que foi apontada por 62%. Apenas 12% das respostas não indicaram nenhuma das alternativas. Observa-se, portanto, que a categoria docente convive com diversas formas de opressão e relações abusivas no trabalho, em especial agressões verbais nas relações com os estudantes e assédio moral na relação com colegas, equipes diretivas e responsáveis pela administração pública.

A maioria dos docentes, 77%, percebem que a sua saúde está boa, muito boa ou ótima; 23% acreditam que a sua saúde está razoável ou ruim.

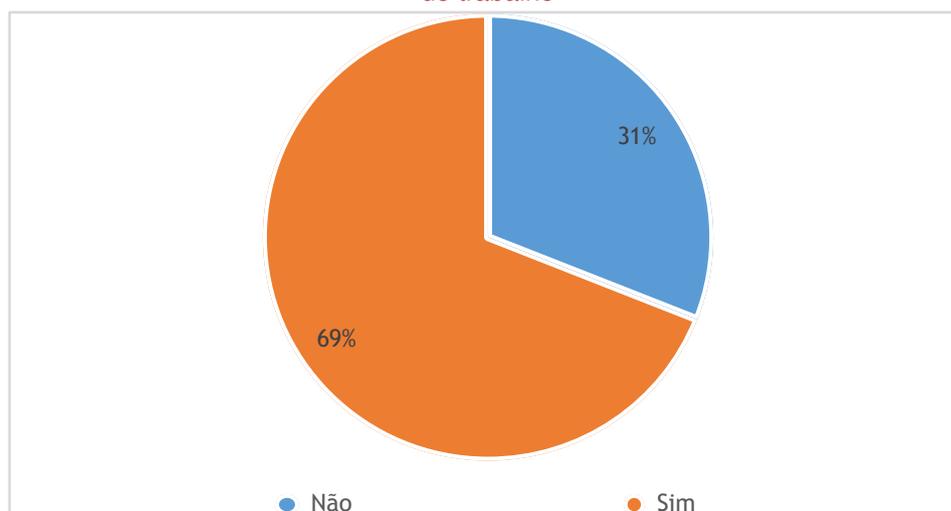
Gráfico 7: percepção de saúde docente



Porém, ao serem questionados se já sentiram algum tipo de problemas de saúde física ou mental em decorrência do trabalho, 69% afirmou que sim e 31% não. Ou seja, ao mesmo tempo em que os docentes percebem sua saúde como positiva, também identificam que já tiveram problemas de saúde física ou mental em decorrência do trabalho. Das ocorrências, os professores relataram problemas emocionais, estresse, dor de garganta, nas costas, musculares e

outras lesões. Algumas situações do trabalho que afetam a saúde física e mental dos docentes foram relatadas, como: docentes que levam materiais próprios para as escolas em que trabalham tendo que fazer o transporte destes; ministrar aulas para mais de uma turma ao mesmo tempo no pátio da escola; exposição ao clima (calor, frio, chuva, umidade); dentre outras situações.

Gráfico 8: indicação de problemas de saúde física e/ou mental em decorrência do trabalho



Problemas de saúde em decorrência do trabalho docente também se identifica quando 46% dos docentes, quase a metade, utilizam algum tipo de medicamento como remédios para ansiedade e depressão, anti-inflamatórios, antidepressivos, reguladores de pressão arterial, entre outros. A outra metade da categoria, 50%, respondeu que não está utilizando medicamento neste momento. Os 4% faltantes não responderam a esta questão. Considera-se que é um percentual elevado da categoria que utiliza medicamentos em decorrência de condições de trabalho precárias e do adoecimento.

Os problemas emocionais ou mentais que os docentes apresentam constantemente foram citados nas seguintes proporções: cansaço= 46%; estresse= 42%; desmotivação= 42%; desânimo= 38%; esgotamento= 31%; ansiedade= 27%; irritabilidade= 19%; dificuldade de relaxar= 19%; insônia e/ou rouquidão= 12%; depressão= 8%. Outro docente respondeu “medo do futuro”. E 23% dos docentes não apresentaram nenhum dos problemas relacionados à questão

Na questão anteriormente citada acerca da percepção de saúde, a maioria da categoria avalia positivamente sua saúde, porém nas questões posteriores apresentaram diversos aspectos que indicam problemas de saúde mental e/ou física, ou seja, embora tenham adoecido, tomem diversos tipos de medicamentos e identifiquem problemas já sentidos em decorrência do trabalho na rede estadual de ensino, os docentes percebem positivamente sua saúde.

Praticamente a totalidade do professorado (96%) indicou que consegue se alimentar adequadamente, no mínimo 3 vezes ao dia. Apenas 1 docente relatou que não e justificou por motivos particulares.

Entendendo o tempo livre como elemento importante para a compreensão da saúde, os docentes foram questionados sobre as atividades que realizam fora do ambiente do trabalho em que foram elencadas 13 opções de respostas fechadas e uma aberta, nas quais os docentes puderam assinalar tantas quantas quisessem. Dessa forma, as atividades realizadas no tempo livre foram assim apontadas: esportes = 62%; filmes e TV = 58%; passeios = 54%; descanso = 46%; cinema = 46%; leitura = 42%; viagens = 35%; festas = 31%; cursos = 31%; prolongamento do trabalho = 15%; atividades religiosas = 12%; nenhum assinalou a opção teatro. E 23% dos docentes afirmaram que realizam outras atividades, relacionadas à práticas corporais (pilates, caminhadas, torneios esportivos), outra afirmou ter um segundo trabalho (fisioterapeuta), apenas uma relatou ter envolvimento com o sindicato nas horas livres.

A satisfação no trabalho também foi perguntada ao professorado, 77% apontou que o maior motivo de satisfação profissional tem a ver com o aprendizado e reconhecimento do trabalho por parte dos estudantes, bem como da oportunidade de contribuir com a formação dos jovens. Em menor proporção, os demais docentes indicam que o reconhecimento do trabalho por parte da comunidade escolar, dos colegas e famílias, da alegria de trabalhar e o prazer proporcionado são os motivos de satisfação profissional.

Já os motivos de insatisfação profissional podem ser compreendidos nos percentuais seguintes: 53% das respostas citaram a questão da desvalorização salarial (baixa remuneração) como motivo maior de insatisfação profissional; 23% apontaram a falta de condições de trabalho e infraestrutura, bem como carência de materiais; 24% indicou que os maiores motivos de insatisfação se

refere à questões de descaso e desrespeito ao professorado em relação ao seu trabalho, tanto por parte do governo, como por parte de estudantes e comunidade escolar.

4.4 ORGANIZAÇÃO DO TABALHO PEDAGÓGICO

Outra das categorias da Enquete Docente se referiu à organização do trabalho pedagógico, cujos temas questionados tratavam do projeto pedagógico da escola, planejamento de ensino, conteúdos, metodologia de ensino, objetivos e avaliação.

Sobre o Projeto Pedagógico da escola ser atualizado anualmente de acordo com a realidade da escola e com a participação da comunidade, 19 professores (73%) afirmaram que esta atualização é feita nas reuniões pedagógicas, seja ao início do ano ou no decorrer dele. Apenas quatro professores (15%) relataram que a organização deste documento se dá, ou poderia (se necessário fosse) se dar, em conjunto com a comunidade, porém ressaltam que, mesmo sem este momento, a realidade na qual a escola está inserida é considerada quando organizam o projeto.

Cinco professores (19%) relataram nunca terem participado da elaboração ou organização do projeto pedagógico, alguns por terem ingressado na escola com o ano letivo em andamento (11,5%) e outros por tal documento ser anterior ao ingresso na escola e nunca ter sido atualizado (8%).

Sendo assim, podemos observar que a grande maioria dos projetos pedagógicos são elaborados ou atualizados em reuniões pedagógicas, ou seja, apenas com a participação dos professores, não incluindo a comunidade nesse momento. Outro dado preocupante é o fato de encontrarmos 19% dos professores que nunca participaram da elaboração ou atualização deste documento, seja por ingressar após esse momento ou mesmo por esse momento nunca ter acontecido após sua entrada na escola.

Em relação ao perfil do egresso que a escola deve formar, 18 características diferentes foram citadas. Formar estudantes com senso crítico apurado foi a que mais se destacou, sendo citada por 13 professores (50%). Em seguida, lembrado por 8 professores (31%), se encontra tornar o estudante um cidadão capaz, preparado para a vida. Tornar o estudante um sujeito participativo aparece na sequência, sendo citado seis vezes (23%); um sujeito autônomo, logo depois com cinco citações (19%); e logo em seguida, ambos com quatro citações (15%), um sujeito responsável e com ideias próprias.

Também foram citados por dois professores cada característica (8%): sujeito ético, honesto/de valores, íntegro, conhecedor de seus direitos, saudável, feliz, com projeto de vida; sujeito pronto para o mercado, preparado para o ensino superior, curioso e pró-ativo, também foram citados por um professor (3%) cada característica.

O que se destaca é que todas as falas foram similares, visto que a maioria dos professores citou mais de uma característica e teve falas próximas do que os outros professores disseram; ou, mesmo quando diferentes características foram citadas, eram muito similares umas das outras, mostrando que a visão de cidadão que os professores pensam que a escola deve formar para o futuro é do cidadão preparado para enfrentar a vida e o mundo do trabalho, sendo responsável e participativo, bem como um cidadão crítico e autônomo.

Quanto ao objetivo principal da EF na formação dos estudantes, 17 objetivos diferentes surgiram. A maioria dos professores (65%) relatou que o principal objetivo da EF é fazer com que os estudantes gostem de atividades físicas. Logo em seguida, com cinco citações cada (19%), encontramos quatro objetivos diferentes: a busca por saúde, desenvolver o lado sócio afetivo, promover qualidade de vida e ampliar a cultura corporal, proporcionando o máximo de vivências de práticas corporais e esportivas. Com três citações (11,5%), tornar o estudante alguém com valores, conhecedor de seus direitos e deveres também foi lembrado pelos professores como objetivo da EF. Após isso, com duas citações cada (8%), temos: auxiliar no desenvolvimento motor e desenvolvimento/união da mente e do corpo. Ainda, com uma citação cada (3%), há professores que veem como objetivo da educação física desenvolver uma recreação esportiva, fazer com que no futuro os alunos aproveitem seu tempo de lazer, promover a participação, desenvolver a cidadania, tornar cidadãos críticos, resgatar das drogas e do mundo do crime, produzir sujeitos mais autônomos e sujeitos que se movimentem.

Verificamos que os professores consideram questões ligadas à saúde como os principais objetivos da EF, como praticar e gostar e atividade física e desenvolver qualidade de vida a partir disto; mas também questões ligadas à personalidade do aluno, como torná-lo um cidadão mais crítico, autônomo e com valores.

Sobre quais seriam os conteúdos principais abordados nas aulas de EF, o esporte apareceu como predominante, sendo lembrado por 21 (81%) dos 26 professores. Dentre os esportes citados, o futsal vem primeiro (31%), em seguida o voleibol (23%), o handebol (15%) e o basquetebol (11,5%). O punhobol também surgiu entre as modalidades citadas, uma vez, assim como o slackline e o atletismo (3%).

Os termos “saúde” e “qualidade de vida” foram aproximados e, assim, citados 11 vezes (42%), sendo, após os conteúdos esportivos, o mais trabalhado pelos professores nas suas aulas. Em seguida temos atividade física (junto de prática corporal) citados por sete professores (27%); jogos cooperativos, recreativos e/ou intelectuais citados por seis professores (23%). As ginásticas (19%), as danças (11,5%) e as lutas (3%) também foram lembradas como principais conteúdos das aulas de educação física desses professores. Também foram lembrados por dois professores (8%) cada como conteúdo da educação física, o treinamento físico e/ou funcional. Após isso, citado por um professor cada (3%), temos o sedentarismo, fontes de energia, capacidades físicas, sexualidade, doping, HIIT, medidas antropométricas, doenças, postura, sistemas muscular e ósseo, e assuntos como o que acontece no mundo.

Tal análise nos mostra como o esporte, e principalmente o futsal, é conteúdo predominante nas aulas de EF escolar. O aparecimento de assuntos (teóricos) como qualidade de vida e saúde, também chamam a atenção por terem sido citados por vários professores.

Quanto ao envolvimento dos estudantes no planejamento das aulas, a grande maioria dos professores disse que não planeja em conjunto. Dos 26 professores, 19 (73%) não planejam em conjunto com os estudantes, apenas 7 (27%) o fazem.

Desses professores que não planejam com o alunos, alguns justificaram a imaturidade dos estudantes como um dos motivos, outros justificaram como não sendo função deles e outros porque o planejamento é feito antes de as aulas iniciarem. Daqueles professores que disseram que incluem os alunos, alguns justificaram como importante trazer os mesmos para essas discussões para aumentar seu interesse na EF.

Como forma de avaliação mais citada pelos professores, 20 vezes ao todo (77%), se encontra a participação direta nas aulas. E em seguida temos provas e trabalhos teóricos, citados por 15 professores (58%). A frequência e o comportamento foram citados seis vezes cada (23%); e cinco professores (19%) relataram que avaliam sua aulas a partir de observações do andamento das mesmas, outros quatro (15%) disseram ser através do interesse dos alunos e por testes práticos (mas que não exigiam performance). Com três citações (11,5%), os professores disseram que avaliam também a utilização de roupa adequada para a prática da EF e ter cuidado com o material e com o espaço da escola. A pontualidade, o relacionamento entre os colegas, o desenvolvimento das atividades e a auto-avaliação foram citados por dois professores (8%) cada, além do esforço e por objetivos traçados, que foram lembrados por um professor (3%) cada método.

Sobre o projeto Ensino Médio Politécnico, três professores não responderam a pergunta. Outros três professores disseram não se aplicar nas escolas onde trabalham, e outros quatro professores não tem opinião formada sobre o assunto.

Dos 16 professores que responderam, 27% acredita que a implementação do ensino politécnico foi algo positivo, que trouxe melhorias para as aulas; por outro lado, outros 27% relataram que foi ruim, que a forma de avaliação não favoreceu a EF e a frequência se encontrava menor, visto que mais estudantes conseguiam ser dispensados das aulas. Ainda, um professor (3%) disse que, dessa forma, favorecia a EF ter maior autonomia, ao mesmo tempo em que outro professor (3%) dizia que acabava por reduzir a qualidade da EF.

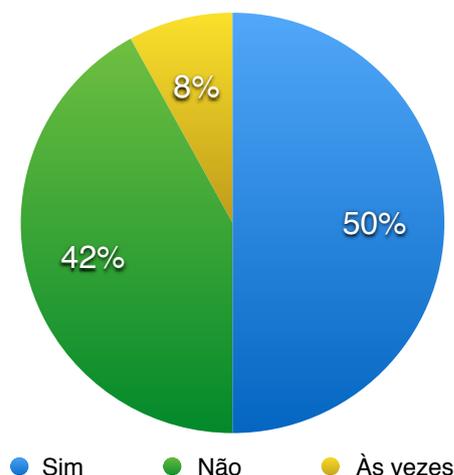
Tais respostas nos mostram grande diferença entre a opinião desses 26 professores, tanto positiva quanto negativamente. Também nos mostra que o programa pode ou não ter sido implementado em todas as escolas ou, quando implementado, pouco influenciou nas aulas de EF.

4.4 ENGAJAMENTO POLÍTICO

Na Enquete Docente, uma das categorias de respostas se referiu à questão de engajamento político. Ou seja, a relação que cada docente de EF no EM tem com as ações políticas da categoria docente, seja em relação ao seu sindicato, à suas iniciativas pessoais ou mesmo em relação à comunidade escolar.

Ao serem perguntados sobre a participação em manifestações, greves e atos políticos, 50% respondeu que se envolvem em tais atividades, enquanto 42% respondeu não participar; 8% respondeu que participa às vezes.

Gráfico 9: participação em atos políticos



Para além da participação, a metade do professorado envolvida nas ações políticas justifica com elementos sobre a necessidade da luta para a conquista de direitos, especialmente a defesa da educação pública. Tais como apresentados pelos seguintes fragmentos de respostas:

“Porque acho importante lutar por uma educação de qualidade e respeito ao servidor” (P15).

“Acredito que é a única forma de manifestar nossa insatisfação com o governo que trata de forma desrespeitosa nossa categoria, já que não chama para o diálogo, é através da greve. Não existe evolução sem luta” (P17).

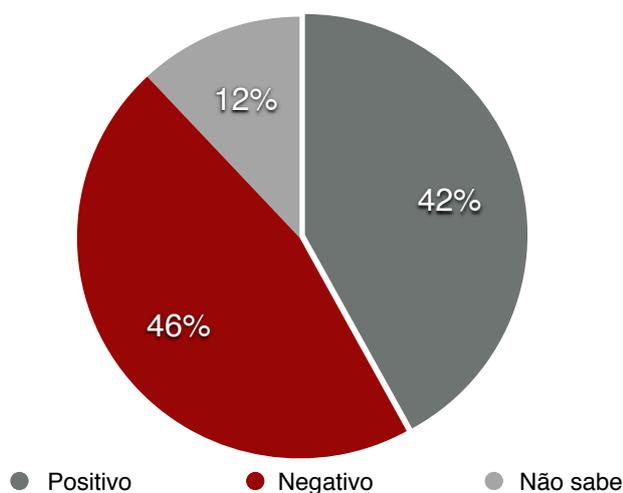
Uma parte importante dos docentes (42%) não tem se envolvido com as ações políticas da categoria, por um lado em decorrência da descrença ou desesperança de que a situação possa mudar através das lutas políticas e, por outro lado, também indicado por algumas respostas que apontam para a dificuldade de participar de ações políticas em decorrência de tarefas domésticas, falta de dinheiro ou por conta de jornadas de trabalho em outras redes de ensino

Em relação à vinculação a organização políticas, sindicatos e movimentos sociais, um pouco mais da metade dos entrevistados (54%) não são sindicalizados no CPERS-Sindicato. Para além do sindicato, também temos três docentes (14%) que são filiados a partidos políticos e 1 professor sindicalizado por outra categoria profissional. O total de docentes sindicalizados no CPERS-Sindicato é de 46%.

Embora aproximadamente a metade do professorado participante da pesquisa seja sindicalizado no CPERS-Sindicato, apenas 35% participa das assembleias e demais atividades do sindicato; e a ampla maioria do professorado de EF não tem se caracterizado por participar da gestão do sindicato, apenas 8% dos colaboradores já tiveram esta experiência ao longo de sua carreira profissional

Também são bastante divididas as opiniões do professorado em relação ao que pensam sobre o sindicato e sua importância para a categoria docente. As manifestações positivas sobre a avaliação da relação do sindicato com o professorado é de 42%, enquanto as negativas somam 46%; não responderam ou não sabiam, 12%. Importante relacionar com as respostas anteriores de que somente a metade dos docentes são sindicalizados e, portanto, tem vínculo orgânico com a entidade. É possível afirmar que estes dados positivos e negativos estejam relacionados com o fato de serem sindicalizados ou não.

Gráfico 10: avaliação sobre o sindicato dos docentes do Estado do RS



As manifestações positivas se referem à atuação e compreensão do sindicato como o espaço de construção das lutas e conquistas da categoria. Tais como os seguintes fragmentos:

“Tudo que conseguimos tem a ver com a luta da classe reunida, sozinhos não conseguimos nada” (P4);

“É a forma de unirmos nossas forças e enfrentarmos esses governos autoritários” (P18)

Enquanto as manifestações negativas referem-se mais diretamente às gestões do sindicato em que apontam-se críticas no sentido da vinculação política dos dirigentes sindicais à pautas que extrapolam os interesses da categoria, tais como expressos na seguinte resposta:

“Não vejo nenhuma relação custo-benefícios. São pessoas filiadas a determinado partido político agindo como cabos eleitorais” (P14).

Um aspecto interessante encontrado nas respostas é que alguns docentes demonstram-se preocupados com as dificuldades enfrentadas na conjuntura política da atualidade e que se desdobra no sentido que o sindicato tem para a categoria, como podemos observar nos seguintes trechos:

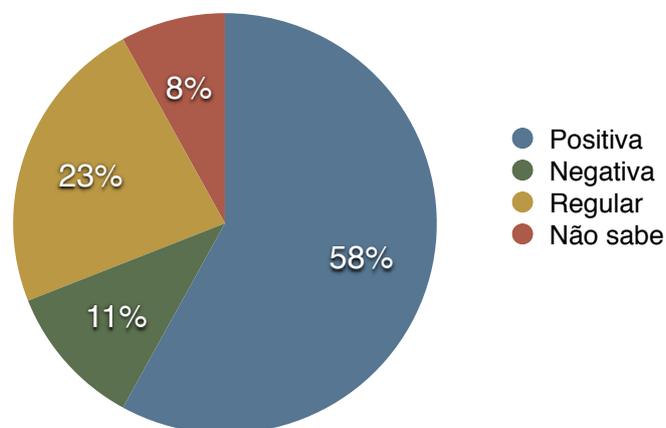
“Bastante preocupado com as questões, mas sem força devido aos constantes ataques do governo e retaliações” (P10).

“O Sindicato somos todos nós, não adianta dizer: ‘o Cpers não faz nada’. E o que nós fazemos?” (P20).

“Na minha opinião é elementar, é através do sindicato que os professores conseguem ter acesso ao governo e reivindicar seus direitos. Mas, eu sei de muitos professores que não acreditam na licitude do sindicato e estão desacreditados na luta” (P25).

Ao serem perguntados acerca da relação da sua escola com a comunidade em que a mesma está inserida, mais da metade das respostas (58%) apontam para aspectos positivos da relação entre a escola e a comunidade, embora destaquem mais como participação de famílias em reuniões chamadas pela escola e que a instituição é aberta ao diálogo, não necessariamente é apontado o envolvimento da comunidade na construção de projetos político-pedagógicos, processos avaliativos, organização escolar etc.

Gráfico 11: relação da escola com a comunidade em que está inserida



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta investigação alcançou dados sobre a realidade do trabalho docente da EF na Rede Estadual de Ensino do RS, na cidade de Pelotas, que permite uma considerável compreensão acerca dos elementos que constituem o fazer docente, tanto no sentido das dificuldades como também dos desafios que a carreira profissional atravessa ao longo de sua trajetória.

Dentre estes elementos, se destaca as questões relativas a extensa jornada de trabalho do professorado que, além das horas destinadas ao vínculo com o serviço público estadual, também é acompanhada do trabalho em outras redes de ensino, em escolas privadas ou em outros setores da economia inclusive fora da área da EF. As condições infraestruturais, salariais e do plano de carreira são aspectos que interferem negativamente nas condições objetivas de vida do professorado e ocasiona, dentre outras questões, em adoecimento docente. Aproximadamente a metade do professorado já utilizou medicamentos em razão de adoecimento decorrente do trabalho.

Na organização do trabalho pedagógico, foi possível identificar a predominância dos conteúdos esportivos nas aulas de EF, especialmente o Futsal. Aspectos relativos à promoção da saúde e benefícios da prática regular de atividades física também foram mencionados como conteúdos das aulas. Em relação ao par objetivos-avaliação, o prazer pela prática de atividades física e o gosto pelo esporte são os principais objetivos da EF segundo o professorado. Assim como, nos processos avaliativos predomina a avaliação pela participação em aula e entrega dos trabalhos teóricos.

Em relação ao engajamento político da categoria, os resultados foram bastante divididos: metade do professorado é sindicalizada e participa de uma forma ou de outra das lutas da categoria, enquanto a outra metade não é sindicalizada e não se envolve (por diferentes razões) nas decisões coletivas da categoria.

O desenvolvimento dessa coleta de dados e decorrente investigação científica trouxe significativos resultados. A utilização da Enquete Docente permitiu a participação de um expressivo número de docentes que atuam no EM

da Rede Estadual de Ensino do RS na cidade de Pelotas-RS e pode servir para futuras investigações em outras redes de ensino ou em outros municípios, buscando verificar as tendências e dissonâncias entre os resultados a que chegamos.

Por fim, agradecemos a participação dos docentes que contribuíram nas respostas e também à 5ª CRE que autorizou a realização da pesquisa, esperamos que estes resultados possam servir para repensar as políticas públicas na área educacional e nas relações de trabalho dos servidores públicos estaduais, em especial à categoria docente.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/1996 de 20 de dezembro de 1996.

RIO GRANDE DO SUL. **Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio (2011-2014)**. Novembro de 2011. Disponível em: www.educacao.rs.gov.br. Acesso: fevereiro de 2016.

RIO GRANDE DO SUL. CEED-RS. **Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul**. Parecer 1400/2002 de 11 de dezembro de 2002.